

DECOLONIALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ENLACES PARA UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

DECOLONIALITY AND TEACHER TRAINING: LINKS FOR QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION

Kárpio Márcio de Siqueira¹

Mônica Maria Vieira Lima Barbosa²

Edjane Gomes Soares³

Resumo: Este artigo analisa a relação entre decolonialidade e formação de professores na Educação Escolar Quilombola, buscando refletir sobre como práticas pedagógicas baseadas nessa perspectiva podem valorizar e reconstituir os saberes, as práticas culturais e as identidades dessas comunidades. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou análise interpretativa de documentos oficiais, literatura especializada e pesquisas, visando compreender as conexões entre conhecimentos tradicionais e práticas pedagógicas. Os resultados indicam que a incorporação de abordagens decoloniais enriquece a pedagogia de resistência, reconhece saberes ancestrais e contribui para uma educação mais inclusiva e emancipadora. Conclui-se que a decolonialidade é fundamental para promover práticas pedagógicas respeitosas às diversidades culturais e identitárias, fortalecendo uma educação intercultural e resistente ao colonialismo epistemológico. Sugere-se, assim, a necessidade de políticas públicas que fomentem essa formação junto as comunidades quilombolas. A pesquisa reforça a importância de incorporar os princípios decoloniais na formação docente para fortalecer a educação quilombola no Brasil.

1 Doutor em Crítica Cultural - Alagoinhas - BA - Universidade do Estado da Bahia.

2 Mestra em Ciências da Educação, Lisboa - Portugal, Universidade Internacional de Lisboa

3 Mestra em Intervenção Educativa e Social Cultural - Serrinha - BA - Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Palavras-chave: Decolonialidade. Formação de Professores. Educação Quilombola. Saberes Tradicionais.

Abstract: This article analyzes the relationship between decoloniality and teacher training in Quilombola School Education, seeking to reflect on how pedagogical practices based on this perspective can value and reconstitute the knowledge, cultural practices and identities of these communities. The research, with a qualitative approach, used interpretative analysis of official documents, specialized literature and research, aiming to understand the connections between traditional knowledge and pedagogical practices. The results indicate that the incorporation of decolonial approaches enriches resistance pedagogy, recognizes ancestral knowledge and contributes to a more inclusive and emancipatory education. It is concluded that decoloniality is fundamental to promoting pedagogical practices that are respectful of cultural and identity diversities, strengthening intercultural education that is resistant to epistemological colonialism. It is therefore suggested that there is a need for public policies that encourage this training among quilombola communities. The research reinforces the importance of incorporating decolonial principles into teacher training to strengthen quilombola education in Brazil.

Keywords: Decoloniality. Teacher Training. Quilombola Education. Traditional Knowledge.

Introdução

A compreensão da diversidade cultural e étnica no âmbito da educação brasileira tem ganhado destaque nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito às comunidades remanescentes de quilombos. Essas comunidades, como protagonistas de uma história de resistência e preservação cultural, demandam uma abordagem pedagógica que valorize suas práticas, saberes e identidades específicas. Nesse contexto, a Educação Escolar Quilombola emerge como uma resposta às demandas

por uma educação intercultural, reconhecendo e ressignificando as tradições e conhecimentos dessas comunidades. Reconhecida pelas diretrizes curriculares e pelas políticas públicas, ela busca promover uma pedagogia que respeite as especificidades culturais, promovendo autonomia, autoestima e resistência cultural dos estudantes quilombolas.

No entanto, para que esse modelo de educação seja efetivamente implementado de maneira emancipada e transformadora, é imprescindível repensar a formação de professores que atuam nesses contextos, dessor, uma abordagem fundamentada na perspectiva da decolonialidade apresenta-se como uma estratégia capaz de desvelar e questionar as imposições do pensamento colonial, promovendo práticas pedagógicas mais plurais e inclusivas. A decolonialidade, enquanto matriz teórico-política, busca desconstruir hierarquias culturais e epistemológicas que marginalizam os saberes ancestrais das comunidades negras e indígenas, promovendo, assim, uma educação que valorize a multiplicidade de conhecimentos.

Este artigo tem como questão central: “Como a implementação de práticas de formação de professores baseadas na decolonialidade pode contribuir para uma educação quilombola que valorize e reconstitua os saberes, as práticas culturais e as identidades étnico-raciais das comunidades remanescentes de quilombos?” Seu objetivo geral é investigar de que forma a formação de professores, fundamentada na perspectiva da decolonialidade, pode contribuir para a construção de uma educação emancipadora e culturalmente diferenciada para as comunidades quilombolas.

Para alcançar esse objetivo, propõe-se explorar primeiramente os pilares da formação de professores na Educação Escolar Quilombola, destacando suas contribuições para o reconhecimento dos saberes ancestrais; investigar os princípios das práticas de decolonialidade que fundamentam essa perspectiva; e identificar os desafios e potencialidades na implementação de práticas pedagógicas decoloniais, a partir dos pilares que sustentam essa educação. Desse modo, o presente artigo se organiza inicialmente com uma discussão sobre “A Educação Escolar Quilombola”, seguida da abordagem acerca “da trilha investigativa”, e, posteriormente, explorará os pilares da formação docente quilombola, as cenas de decolonialidade e suas interfaces com a formação de professores

quilombolas, concluindo com considerações finais.

Essa investigação busca contribuir para o entendimento de como a decolonialidade pode ser uma ferramenta curricular e formativa que promove uma educação mais inclusiva, plural e resistente às imposições do colonialismo epistemológico, fortalecendo as identidades e saberes das comunidades quilombolas.

A Educação Escolar Quilombola

Essa educação deve ser desenvolvida em unidades educacionais inseridas, em suas próprias terras, baseadas na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia própria, e de acordo com a especificidade étnico-cultural de cada comunidade, reconhecendo-as e as valorizando (Brasil, 2012, p.4).

A concepção curricular da Educação Escolar Quilombola é baseada na valorização da cultura, história e identidade das comunidades quilombolas tendo como objetivo uma educação que leve em conta as especificidades das comunidades, respeitando suas tradições e saberes.

Nesse chão, a Educação Escolar Quilombola representa uma modalidade de ensino que emerge da necessidade de reconhecimento e valorização das especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Fundamentada nos princípios da diversidade cultural, da preservação identitária e da autonomia pedagógica, essa modalidade de ensino busca construir um espaço educacional que respeite as tradições, os saberes tradicionais e as práticas culturais desses grupos étnico-raciais, ao mesmo tempo em que promove uma formação cidadã emancipador, a pensar que

[...] cultura remete sempre ao relacionamento com as diferenças, logo, com o sentido. Este é filosoficamente entendido como a condição necessária à existência de significações ou conceitos, veiculados pelos discursos atuantes na organização social (Sodré,1988, p.43).

Nesse contexto, a educação quilombola não se reduz à simples incorporação de conteúdos ligados à cultura afro-brasileira ou à história desses povos, mas se caracteriza por uma pedagogia que valoriza a oralidade, os discursos, o protagonismo comunitário e a relação intrínseca entre território e identidade, consolidando-se como uma estratégia de resistência e afirmação social.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, promulgadas em 2012, consolidaram um marco regulatório fundamental ao estabelecer os princípios ético-políticos orientadores dessa modalidade de ensino, com ênfase na etnicidade, na memória coletiva, nas práticas culturais e na territorialidade.

É relevante perceber o destaque do Parecer CNE/CEB nº 8, de 10 de dezembro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais Operacionais para a garantia da qualidade das Escolas Quilombolas evidenciando que

a criação das Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola marcou o ano de 2012, e sua elaboração estabeleceu que a Educação Quilombola “seja desenvolvida em unidades educacionais inseridas, em suas próprias terras, baseadas na cultura de seus ancestrais, com uma pedagogia própria, e de acordo com a especificidade étnico-cultural de cada comunidade, reconhecendo-as e as valorizando”.

[...] questões históricas, econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais e que têm o direito a uma educação escolar que possa ser ofertada com a mesma identidade em todo o território nacional, contemplando os contextos de realidade do seu povo, invisibilizado historicamente no desenvolvimento e historiografia educacional brasileira (Brasil, 2012, p.4, grifo nosso).

Nesse contexto abre-se o diálogo entre a DCNQ a Resolução CNE/CP de 02 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na compreensão que todo fenômeno educativo perpassa por transformações, e trazer o movimento da BNCC para a formação crítica do educador quilombola, colabora para o desenvolvimento de profissionais conectados à contemporaneidade e às mudanças necessárias ao fluxo educacional no Brasil.

Essas orientações sugerem a necessidade de uma pedagogia que seja construída de forma

participativa, envolvendo a comunidade na definição dos conteúdos e metodologias, de modo que os saberes tradicionais sejam reconhecidos como fontes legítimas de conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento de uma educação que seja compatível com as especificidades dessas comunidades. Logo, a escola quilombola deve atuar como um espaço de preservação cultural e de diálogo intercultural, promovendo a valorização do patrimônio sociocultural local, além de facilitar o acesso e a permanência de suas crianças e jovens no sistema de ensino formal, que contrarie “ os discursos construídos para negros ou sobre negros que acabam por se tornar importantes indicadores sobre as formas como está sendo pensado e colocado, na esfera pública, o debate sobre a inserção social dessa parcela da população brasileira”. (Mendonça, 2008, p. 45)

Nesse viés, apesar dos avanços legislativos e do reconhecimento de sua especificidade, debate e enfrentamento, a implementação efetiva da Educação Escolar Quilombola enfrenta inúmeros desafios, relacionados à insuficiência de infraestrutura adequada, à formação de professores sensibilizados às questões étnico-culturais e à necessidade de recursos didáticos contextualizados.

Trilha investigativa

A trilha investigativa eleita nessa artigo traz em sua finalidade, os princípios da pesquisa básica estratégica, ao contribuir para a construção de um novo conhecimento acerca da relação entre uma Educação Escolar Quilombola e os possíveis enlaces com a Decolonialidade e outros desdobramentos nessa temática, entendendo que para colaborar nesse percurso, a pesquisa, também, dar-se-á como uma abordagem qualitativa, pois busca entender pelas pistas “indiciárias”, movimentos curriculares e de concepções educacionais que perfazem uma educação mais inclusiva e combativa a um modelo eurocêntrico.

Balizando-se no que Chizotti valida ao sugerir que

a evolução a partir de alguns marcos significativos mostram as diferentes concepções e contribuições que transformaram as pesquisas qualitativas e cons-

tituíram um amplo movimento de idéias, práticas e técnicas de pesquisa em ciências humanas em oposição a um modelo único (Chizotti , 2003, p.221).

Quando pensamos na multiplicidade das possibilidades da abordagem qualitativa, trazemos ao percurso da nossa investigação, diferentes tons de estudo, considerando que pela materialidade do foco investigativo, trata-se de um olhar sobre documentos que orientam as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola(2012), aos temas de Identidade, Cultura e Decolonialidade à pesquisa, ainda sobre essa abordagem quanto aos objetivos a serem alcançados, ela tende a ser respondida por um olhar explicativo, porém, considerando prefaciais descritivos e exploratórios, já que o tema em questão ainda é pouco sistematizado e sobretudo essas aproximações sutilmente perpassam pela academia.

Para tanto, o raciocínio lógico empregado para o tratamento das informações será o da lógica indutiva, acreditando que ao caminhar do particular para o geral, poderemos, a partir das partes, observar fenômenos e seus dobres temáticos. Como confere Gil (2008, p.11) ao reforçar que “não há como deixar de reconhecer a importância do método indutivo na constituição das ciências sociais. [...] Graças a seus influxos é que foram definidas técnicas de coleta de dados e elaborados instrumentos capazes de mensurar os fenômenos sociais [...]”.

Enveredando-nos por essa ótica, apresentamos as fontes de coleta de dados de origem documental e bibliográfico, já que buscamos informações disponíveis em Documentos oficiais, pesquisas sobre o tema e livros que versam sobre as temáticas e suas dobras. Na condição de coleta de dados, conferiremos ao método de coleta, em sua preponderância, fizemos o uso de fichamentos, resumos, notas de leitura, e já no tratamento das informações além de uma sistematização buscamos a aproximação temática dos dois temas balizadores da investigação para garantir a compreensão de um fenômeno sobre o outro e vice-versa e suas interseções.

No plano do tratamento das informações, tanto dos documentos, quanto artigos, capítulos de livros e livros serão analisados pelo viés interpretativo como reforça Marconi; Lakatos ao dizer que

[...] interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim é dialogar com o autor (Marconi; Lakatos 2017 p.37, grifo nosso).

Em conformidade com as autoras, a técnica “análise interpretativa” é a que melhor contribui para um olhar crítico decolonial, são nessas entrelinhas que surgem as rasuras que darão suporte a nossa análise face às informações coletadas nas esferas documentais e bibliográficas.

Em consonância, para atingir os objetos de investigação desse trabalho, categorizamos a pesquisa e respectivos autores, para uma melhor compreensão e articulação das informações: (1) da Educação Escolar Quilombola: DCEEEQ (2012); Parecer CNE/CEB (2012); Coelho (2021); (2) da Identidade: Mendonça (2008) e Sodr  (1998); da Decolonialidade: Pimenta, Lacerda e Coelho (2021); Miglievich-Ribeiro, (2014); Mendes (2021); Landulfo e Matos (2021)

Esse arcabouço teórico fortalece as reflexões prefaciais e alicer am as postula es explicativas que agora seguem o texto, sobretudo da forma o de professores quilombolas e a decolonialidade.

Pilares da Forma o docente quilombola

A forma o dos profissionais que atuam nessas escolas precisa ir al m da capacita o t cnica, incluindo o desenvolvimento de uma compreens o profunda e sens vel   hist ria,  s tradi es e  s lutas dessas comunidades, promovendo uma pedagogia que seja libertadora e que contribua para o fortalecimento da identidade quilombola. Dessa forma, a Educa o Escolar Quilombola deve ser entendida como uma resposta  s demandas de uma educa o intercultural, voltada para a constru o de uma sociedade mais justa e plural, na qual diferentes saberes e formas de vida sejam reconhecidos como elementos enriquecedores do processo educativo.

A educa o escolar quilombola   fundamentada em pilares que visam promover uma aprendizagem significativa, contextualizada e emancipat ria para as comunidades remanescentes de

quilombos, sob princípios que orientam a construção de um currículo intercultural, que valoriza a territorialidade, a cultura e a identidade étnico-racial, além de priorizar a formação de professores qualificados e a sustentabilidade socioambiental. Juntos, esses pilares sustentam uma proposta pedagógica que resgata e fortalece a autonomia, os saberes tradicionais e a resistência cultural, garantindo que a educação seja um instrumento de valorização e afirmação dessas comunidades.

1. Territorialidade: Este pilar reconhece a escola quilombola como uma extensão do território das comunidades, integrando práticas pedagógicas, calendário e saberes tradicionais às dinâmicas locais. Ele visa fortalecer o vínculo entre a escola e o território, promovendo o respeito à espacialidade e à história própria das comunidades, além de valorizar a memória coletiva e proporcionar uma educação contextualizada, que seja fonte de pertencimento e identidade cultural.
2. Valorização da Cultura e da Identidade Étnico-Racial: Aqui, o foco está na legitimação e no fortalecimento dos saberes, práticas culturais, línguas e manifestações artísticas próprias das comunidades quilombolas. Esse pilar busca promover o reconhecimento e a ressignificação dessas culturas no ambiente escolar, fortalecendo a autoestima, o sentimento de pertencimento e a autonomia dos estudantes, através de uma pedagogia intercultural decolonial que valoriza as epistemologias locais.
3. Formação de Professores: A qualificação docente adequada às especificidades culturais, linguísticas e territoriais das comunidades quilombolas é fundamental. Os docentes precisam estar preparados para atuar como mediadores e agentes de transformação social, incorporando metodologias próprias e sensibilização para questões de racismo, desigualdade e preservação cultural, estimulando práticas educativas que empoderem os estudantes.
4. Sustentabilidade Socioambiental: Este pilar compreende a valorização do modo de vida tradicional, envolvendo práticas de agricultura, pesca e manejo sustentável dos recursos

naturais. A escola deve atuar na preservação do ambiente, na inovação de práticas de economia solidária e na defesa do território, promovendo uma educação voltada à resistência, à autonomia econômica e ao protagonismo sociopolítico das comunidades.

Esses pilares articulam-se para formar uma estrutura educativa que promove a emancipação, resistência, reconhecimento cultural e a preservação dos territórios, fortalecendo a identidade e a autonomia das comunidades quilombolas.

Compreender os pilares que sustentam a educação escolar quilombola é fundamental para reconhecer sua singularidade e importância na construção de uma educação inclusiva, culturalmente relevante e territorialmente enraizada. Esses princípios refletem a história, a identidade e a resistência das comunidades quilombolas, formando a base para ações pedagógicas que promovem a autonomia e o reconhecimento de seus direitos. Para aprofundar essa compreensão, trouxemos uma Linha do Tempo e os Principais Movimentos da Educação Escolar Quilombola, evidenciando as etapas e as lutas que moldaram essa trajetória de afirmação e transformação.

Quadro 01 - Linha do Tempo e Principais Movimentos da Educação Escolar Quilombola

Ano / Período	Movimento / Acontecimento	Descrição
2003	Lei nº 10.639/2003	Inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação formal.
2005	Reconhecimento do movimento quilombola na legislação	Constituição Federal reconhece os direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas.
2010	Conferência Nacional de Educação (Conae)	Orientação para elaboração de um Plano Nacional de Educação Quilombola.
2012	Resolução CNE/CEB nº 8/2012	Normatização das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola.
2018	BNCC (Base Nacional Comum Curricular)	Valoriza a pedagogia intercultural e a valorização dos saberes tradicionais quilombolas.
2024	Portaria nº 470	Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq).

Desde 2003 até hoje	Política de fortalecimento da educação quilombola e indígena	Esforços por ampliar o reconhecimento, financiamento, formação de professores e elaboração de currículos interculturais.
---------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelos autores.

Sob esse prisma, o percurso histórico da educação escolar quilombola, iniciado formalmente com a implementação de políticas e legislações específicas a partir de 2003, reflete um avanço significativo no reconhecimento do direito dessas comunidades a uma educação que respeite suas identidades culturais e territoriais, para além disso, a inclusão do ensino de história e cultura afro-brasileira na Lei nº 10.639/2003 marcou o ponto de partida para uma maior valorização dos saberes tradicionais e uma tentativa de descolonizar o currículo escolar, promovendo o reconhecimento da importância da cultura afrodescendente na formação da sociedade brasileira.

A elaboração de diretrizes específicas, como a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, também representou um avanço técnico e normativo importante ao estabelecer fundamentos para a organização das escolas quilombolas, fundamentando-se na memória coletiva, nas práticas culturais e na territorialidade como elementos essenciais do currículo. Nesse contexto, a política de educação quilombola passa a ser entendida como uma estratégia de resistência cultural, de afirmação identitária e de inclusividade, promovendo a autonomia das comunidades na elaboração e implementação de suas propostas pedagógicas.

Contudo, o período também evidencia diversos entraves. Apesar de avanços legislativos e normativos, a efetiva implementação dessas políticas ainda encontra obstáculos expressivos na falta de infraestrutura adequada, na formação de professores sensíveis às questões étnico-raciais e na oferta de recursos didáticos contextualizados. Além disso, há uma discrepância entre o discurso oficial e a realidade vivenciada nas comunidades, muitas vezes agravada por uma lógica de políticas assistencialistas que não promovem a autonomia acadêmica e cultural dessas comunidades, limitando, assim, a potencialidade transformadora da educação quilombola.

Outro ponto crítico refere-se ao fato de que a implementação de uma pedagogia intercultural

ainda carece de estratégias consistentes de formação continuada para os profissionais da educação, bem como de uma maior valorização do saber popular, muitas vezes marginalizado perante os conhecimentos hegemônicos oficiais. A luta pela efetivação dos direitos históricos, territoriais e culturais ainda demanda uma ampliação de investimentos institucionais e políticos de longo prazo, sobrepondo-se às iniciativas pontuais e às ações de curto prazo que muitas vezes não conseguem sustentar a autonomia curricular e pedagógica dessas comunidades.

Arrematamos, assim, que o percurso da educação escolar quilombola revela um movimento de avanços relevantes, decorrentes de uma maior compreensão do seu valor e da necessidade de promover educação mais democrática e intercultural. Contudo, persiste uma lacuna entre o reconhecimento legal e a prática concreta, demandando uma estratégia articulada que envolva não apenas mudanças normativas, mas também uma transformação nas condições materiais de educação, na formação dos profissionais e na escuta das vozes das próprias comunidades, questões essenciais para que a educação quilombola cumpra seu papel de preservação identitária e de emancipação social em diálogo com a decolonialidade.

Cenas de decolonialidade

A decolonialidade emerge como uma proposta teórico-política que busca questionar e desestabilizar as implicações duradouras do colonialismo na constituição do conhecimento, das relações de poder e das identidades culturais, operando como uma crítica radical às estruturas epistemológicas herdadas do europeu-ocidental. Essa vertente epistemológica entende que o projeto decolonial não se restringe à simples eliminação de discursos coloniais, mas implica uma revisão profunda das categorias, práticas e práticas de conhecimento que sustentam as lógicas de dominação, privilegiando linguagens, epistemes e saberes ancestrais dos povos historicamente marginalizados, que resistem e se reinventam diante das imposições coloniais modernas, como postulam Pinheiro, Lacerda e Coelho (2021, p.153-154) na compreensão de que “a proposta educacional deve articular-

se com uma nova compreensão da diversidade cultural, onde a multiplicidade de saberes se torna central”, dito isso, ela propõe uma descentralização do ponto de vista eurocêntrico, promovendo uma compreensão pluriversal que reconheça a validade de epistemologias alternativas, hermanadas com experiências de resistência e formas de existência que desafiam as hierarquias estabelecidas pelo paradigma colonial de produção do saber.

Em conversa com as ideias já apresentadas, Miglievich-Ribeiro (2014, p. 68) endossa que

ao ressaltar a face oculta da modernidade – a colonialidade – não se despreza a cosmologia moderna que moldou valores tais quais liberdade, igualdade, democracia ou os direitos humanos ou propõe um saber dos povos do sul contra os saberes produzidos no mundo do norte, mas exige, de um lado, a contextualização das categorias explicativas (e normativas) até então naturalizadas como absolutas, exibindo a necessidade de sua tradução para os novos cenários cujos agentes, portadores de outros repertórios, virão ressignificar seus conteúdos.

Essa abordagem busca, também, problematizar a relação entre conhecimento e poder, evidenciando como as estruturas epistemocêntricas são articuladas às redes de controle e subjugações que sustentam o sistema-mundo contemporâneo, caracterizado por racismo estrutural, segmentações étnico-raciais e neocolonialismos disfarçados de globalizações. Tal abordagem propõe uma prática de descolonização tanto no campo das ideias quanto na práxis social, promovendo ações que visem a afirmar os saberes tradicionais, as línguas e as práticas culturais como aspectos fundamentais na construção de uma sociedade mais plural e emancipatória, capaz de resistir às tentativas de homogeneização imposto pelas políticas hegemônicas. Dito isto, ela amplia o horizonte do pensamento crítico, fomentando a elaboração de conceitos e estratégias que permitam a descolonização do imaginário social, promovendo uma convivência intercultural fundamentada na justiça epistêmica e na valorização dos cosmopolitismos devedores de suas próprias raízes.

Essa postura implica uma prática pedagógica que valorize metodologias e abordagens originadas das próprias comunidades, rompendo com a lógica excludente das narrativas dominantes e

reconhecendo a diversidade de formas de aprender, ensinar e saber, fomentando uma conscientização que interpela desigualdades e as assimetrias coloniais presentes na contemporaneidade, no entendimento de que “a perspectiva decolonial busca, além disso, estabelecer um diálogo intercultural que considere que todos os estudantes trazem saberes que devem ser respeitados e utilizados no processo de ensino-aprendizagem” (Mendes, 2021, p. 127), promovendo um diálogo intercultural, portanto, é reconhecer e valorizar essa multiplicidade de saberes, de modo que a educação seja um espaço de resistência, de afirmação cultural e de construção de conhecimentos plurais, sobretudo, quando pensarmos formação de professores em contextos culturais específicos e diferenciados.

Decolonialidade e Formação de Professores Quilombolas

Baseando-nos no livro “Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras” (2022) de Cristiane Landulfo e Doris Matos, e fazendo um paralelo com o livro “Educação escolar indígena e quilombola” (2021) de Márcio Oliveira de Castro Coelho, apresentamos as seguintes reflexões e enlaces entre os princípios da Educação Escolar Quilombola e da Decolonialidade:

Para começar, pensar a Decolonialidade e Formação de Professores é refletir sobre a importância da incorporação de abordagens decoloniais na formação docente, especialmente no contexto das escolas quilombolas, como um debate fundamental frente às demandas por uma educação que valorize e reconheça as especificidades culturais, históricas e sociais de populações afrodescendentes remanescentes de quilombos, promovendo uma pedagogia de resistência e valorização identitária.

Com essa ótica, e ainda nos inspirando nos estudos supracitados, destacamos alguns pontos principais que emergem como essenciais para compreender e orientar essa interface.

- a integração da decolonialidade na formação docente representa um percurso de descolonização epistemológica, que permite aos futuros professores questionarem e

desconstruïrem os saberes tradicionais coloniais que muitas vezes permeiam o currículo convencional;

- a valorização do conhecimento cultural e histórico das comunidades quilombolas, reconhecendo suas práticas pedagógicas, línguas e tradições, constitui-se como estratégia de valorização e preservação identitária;
- a formação crítica para o combate às múltiplas formas de opressão e racismo estrutural é imperativa, promovendo uma educação que fomente a emancipação e o protagonismo das populações afrodescendentes;
- a necessidade de políticas públicas que apoiem a formação de professores em perspectiva decolonial, destinadas a promover práticas pedagógicas contextualizadas e interculturais no ambiente escolar quilombola;
- a importância de construir espaços de troca e pesquisa colaborativa, envolvendo as comunidades quilombolas, professores e pesquisadores, de modo a fortalecer uma educação que seja realmente inclusiva, democrática e comprometida com a preservação das identidades e territórios tradicionais.

Dessarte, a decolonialidade emerge não apenas como uma perspectiva teórica, e sim, como um caminho prático para transformar as práticas pedagógicas nas escolas quilombolas, contribuindo para uma educação de emancipação e resistência, sob esse conjunto reflexivo, apresentamos as cenas abaixo que relacionam as propostas decoloniais aos pilares da educação escolar quilombola, destacando as convergências e contribuições de cada corrente teórica para fortalecer esses princípios:

Quadro 02 – Cenas Decoloniais ao encontro dos pilares da Educação Escolar Quilombola.

Pilar Educ. Esc. Quilombola	Propostas Decoloniais	Explicação / Contribuições
1. Territorialidade	Ressignificação de territórios e epistemologias ancestrais	As proposições decoloniais enfatizam a valorização das epistemologias tradicionais, reconhecendo o território como espaço de produção de conhecimentos plurais e resistência. Propõem desconstruir a lógica de espacialidade eurocêntrica, promovendo práticas pedagógicas que se ancorem nos saberes ancestrais e na história própria das comunidades, fortalecendo o vínculo identitário ao território.
2. Valorização da Cultura e da Identidade Étnico-Racial	Reconhecimento e legitimação de epistemologias culturais	As propostas decoloniais reforçam a importância de reconhecer as manifestações culturais de origem indígena e afrodescendente, valorizando as formas de conhecimento e linguagem que emergem dessas comunidades. Propõem uma pedagogia intercultural decolonial que desconstrua hierarquias culturais, promovendo a autoestima, autonomia e o protagonismo dos sujeitos a partir de suas próprias epistemologias.
3. Formação de Professores	Educação decolonial e formação intercultural	Destacam a necessidade de uma formação docente que contemple as epistemologias ancestrais e as dinâmicas culturais das comunidades, promovendo sensibilidade, reconhecimento e práticas pedagógicas emancipadoras. Propõem capacitação que valorize a autoridade do saber local e que combata o racismo estrutural, estimulando professores a serem mediadores de processos de resistência e emancipação social.
4. Sustentabilidade Socioambiental	Valorização de saberes de resistência e proteção do território	As propostas decoloniais defendem uma relação de respeito e valorização do modo de vida tradicional, promovendo práticas sustentáveis alinhadas às formas de conhecimento local. Incentivam a preservação do ambiente, a agricultura tradicional, a economia solidária, e a resistência às práticas extrativistas e capitalistas que ameaçam a autonomia e integridade das comunidades.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com essa imagem, podemos compreender que as propostas decoloniais reforçam a importância de uma educação que seja um espaço de reexistência e resistência, em que os saberes ancestrais, os territórios e as identidades étnico-raciais não sejam apenas reconhecidos, e sim, protagonistas na formação dos sujeitos que sejam alinhamentos que fortaleçam a construção de uma pedagogia crítico-política, capaz de promover a descolonização do corpo, do imaginário e do território, contribuindo para a autonomia e a justiça social nas comunidades quilombolas.

Considerações Finais

A presente pesquisa buscou compreender de que modo a implementação de práticas de formação de professores, fundamentadas na perspectiva da decolonialidade, pode contribuir para uma educação quilombola que valorize e reconstitua os saberes, as práticas culturais e as identidades étnico-raciais das comunidades remanescentes de quilombos. Partindo do contexto de reconhecimento das especificidades culturais e sociais dessas comunidades, o objetivo central foi analisar como a formação docente pode promover uma pedagogia de resistência, inclusiva e emancipadora, através de uma abordagem teórico-interpretativa apoiada na análise de documentos oficiais, literatura especializada e estudos acadêmicos.

Os resultados demonstram que a incorporação de princípios decoloniais na formação de professores fortalece o reconhecimento dos saberes ancestrais, promove o protagonismo das comunidades e contribui para práticas pedagógicas interculturais que resistem às imposições coloniais. Tais conclusões reforçam a hipótese de que a decolonialidade, enquanto perspectiva epistemológica e política, é essencial para transformar as práticas educativas nas escolas quilombolas, promovendo uma educação mais inclusiva, plural e emancipada. Adicionalmente, os achados indicam a necessidade de políticas públicas afirmativas e de ações de formação contínua que possam consolidar essa abordagem na formação de professores, fortalecendo os princípios de autonomia e identidade dessas comunidades.

Como desdobramento, recomenda-se a continuidade da pesquisa aprofundando a implementação dessas práticas na prática escolar, através de estudos de caso e ações colaborativas com as comunidades quilombolas, ampliando o diálogo entre teoria e prática e contribuindo para a consolidação de uma educação verdadeiramente decolonial e contextualizada. Dito isto, a pesquisa reafirma a importância de repensar a formação docente e de estabelecer estratégias sustentáveis de intervenção pedagógica, condição imprescindível para promover a valorização dos saberes ancestrais e o fortalecimento da identidade quilombola na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. PARECER CNE/CEB nº 8/2025, 15 de maio de 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/maio-2025/pceb008_25.pdf Acesso em 07 jun. 2025.

BRASIL, PORTARIA Nº 470/2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ. 14 DE MAIO DE 2024. Disponível em : <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024-559544343> Acesso em 07 jun.2025.

CHIZZOTTI, Antonio. A PESQUISA QUALITATIVA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: EVOLUÇÃO E DESAFIOS. Revista Portuguesa de Educação. Braga, Portugal, v.16, n.002 p221-236, 2003.

COELHO, Márcio Oliveira de Castro. Educação escolar indígena e quilombola (Série Universitária) eBook Kindle, São Paulo, Editora Senac, 2021.

GIL, Antonio Carlos . Métodos e técnicas de pesquisa social. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa / pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8.ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de. Identidade e Sedução : representação do homem negro na revista Raça Brasil. In Representações do masculino : mídia, literatura e sociedade. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p 39-53

SILVA MATOS, Doris Cristina Vicente da; LANDULFO DE SOUSA, Cristiane Maria Campelo Lopes (Orgs.). Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022

SODRÉ, Muniz. A verdade seduzida. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.